



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

**ANEXO I-B**

**TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS**

**1. ASPECTOS GERAIS**

i) NUP Nº 08657.050608/2025-39

ii) Objeto: Contratação de serviço de Engenharia para fiscalização e acompanhamento obra de construção da Unidade Operacional da PRF em Japeri-RJ (UOP JAPERI).

iii) Local/serviço: km 86+600, sentido Norte da BR 493, no município de Japeri, trecho denominado Arco Metropolitano.

**2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO**

**2.1. Classificação como obra de engenharia**

2.1.1. O objeto da presente licitação constitui ( ) OBRA / ( x ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

A Lei nº 14.133/21, em seu art. 6º, XVIII e XXI, versa:

"

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

(...)

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços"

Já o inciso XXI, do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021, versa:

"

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens"

A Lei nº 5.194/66, em seu art. 7º, alínea g, versa:

"Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

(...)

g) execução de obras e serviços técnicos;"

Portanto, por constituírem serviços com características ordinárias, restam configurados, de forma clara e irrestrita, seus métodos executivos e construtivos, dentro das técnicas aplicadas pelo mercado da construção civil, com conhecidos e notórios padrões de desempenho e qualidade, preconizados pelas diversas normas brasileiras inerentes ao assunto, principalmente aquelas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), consideramos que os serviços objeto desta contratação são classificados como **serviço de Engenharia** por possuírem etapas específicas e restritas de engenheiros como:

- I - Fundação;
- II - Concreto;
- III - Estrutura Metálica;
- IV - Execução das instalações elétricas e hidráulicas;

## 2.2. Classificação como serviço de engenharia

2.2.1. O serviço de engenharia objeto da presente licitação é ( ) COMUM / ( x ) ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

A lei nº 14.133/21, em seu art. 6º, XVIII, d, versa:

"XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;

O serviço de **fiscalização de obra** compreende atividades de acompanhamento técnico especializado da execução contratual, com análise da conformidade dos serviços executados em relação aos projetos, especificações e normas técnicas aplicáveis, exigindo **juízo técnico qualificado**, conhecimento especializado e atuação de profissionais legalmente habilitados, não se tratando de serviço padronizável ou passível de avaliação objetiva por critérios usuais de mercado; a jurisprudência do **Tribunal de Contas da União** reconhece que serviços de **engenharia consultiva**, como o gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras, possuem **natureza predominantemente intelectual**, devendo ser classificados como **serviços especiais de engenharia**

## 3. REGIMES DE EXECUÇÃO

3.1. Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- I - ( x ) empreitada por preço unitário
- II - ( ) empreitada por preço global

- III - ☐ empreitada integral
- IV - ☐ contratação por tarefa
- V - ☐ contratação integrada
- VI - ☐ contratação semi-integrada
- VII - ☐ fornecimento e prestação de serviço associado

A lei nº 14.133/21, em seu art. 6º, XXVIII, versa:

"XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;"

A contratação em tela utilizará o regime de empreitada por preços unitários pelo fato da Planilha de Custos e Formação de Preço ser composto por unidade determinada de serviços dos profissionais.

#### 4. **ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

4.1. No presente feito, o ☒ Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de ☒ engenharia, ☒ arquitetura ou ☐ técnico industrial, com a emissão da ☒ ART, ☒ RRT ou ☐ TRT.

A ART segue anexa ao processo -Anotação de Responsabilidade Técnica - Definitiva (69162834)

#### 5. **DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**

5.1. Na presente licitação:

I - ☐ FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

II - ☒ FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

III - ☐ FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

5.2. No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI:

I - ☒ FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

II - ☐ utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

III - ☐ contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

IV - ☐ contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de

preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

V - ( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

5.3. A Lei nº 14.333, artigo 23, §2º, I, versa:

"

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;"

Assim, padronizou-se a utilização dos custos unitários do SINAPI.

## 6. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

6.1. No orçamento da presente obra ou serviço:

I - ( x ) foi/foram juntadas a(s) ( x ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( x ) planilha(s) analítica(s)

II - ( ) NÃO foi/foram juntadas a(s) ( ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( ) planilha(s) analítica(s).

Anexo I - T - Planilhas de Orçamento, Curva ABC e BDI (70908971)

6.2. O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

I - ( x ) Consta nos autos.

II - ( ) NÃO consta nos autos.

Os documentos de responsabilidade técnica estão no documento Anotação de Responsabilidade Técnica - Definitiva (69162834)

6.3. Na presente licitação:

I - ( x ) Foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

II - ( ) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

Na presente licitação foram utilizadas as tabelas do mês de julho/2025 de referência mais atualizadas.

## 7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

7.1. No orçamento de referência da presente licitação:

- I - ☒ ( x ) foram adotadas composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;
- II - ☒ ( x ) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes, conforme explicado no item 5.3.
- III - ☐ ( ) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

## 8. CUSTOS DIRETOS

8.1. No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

8.2. Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

- I - ☒ ( x ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- II - ☒ ( x ) adota o parâmetro do quartil médio;
- III - ☐ ( ) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

8.3. Em relação ao cronograma físico-financeiro:

- I - ☒ ( x ) Prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.
- II - ☐ ( ) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa: ( ) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

## 9. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

9.1. Na presente licitação:

- I - ☒ ( x ) Foi juntada a Curva ABC relativa aos insumos e serviços
- II - ☐ ( ) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( ) INSUMOS e aos ( ) SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

Anexo I - T - Planilhas de Orçamento, Curva ABC e BDI (70908971)

## 10. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

10.1. Na presente licitação, serão adotados os custos de referência ☒ ( x ) DESONERADOS ou ☐ ( ) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos no Anexo I -S - Comparativo Desonerado e Não Desonerado (70442546).

## 11. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

11.1. Na presente licitação, o detalhamento do BDI ☒ ( x ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União e encontra-se exposto no Anexo I - T - Planilhas de Orçamento, Curva ABC e BDI (70908971)

11.2. Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

- I - Administração central: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- II - Seguro e garantia: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- III - Risco: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- IV - Despesa financeira: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- V - Lucro: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil

## 12. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

12.1. Na presente licitação ( ) SERÁ ou ( x ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

Na presente contratação não terá entrega de materiais ou de equipamentos.

12.2. Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

- I - ( ) Foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- II - ( ) foi adotado o parâmetro do ( ) 1º quartil ou ( x ) médio ou ( ) 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:
- III - ( ) foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

## 13. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1. O cronograma físico-financeiro:

- I - ( x ) foi juntado aos autos.
- II - ( ) NÃO foi juntado aos autos.

Cronograma Fiscalização UOP JAPERI (69315512)

13.2. Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

- I - ( ) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.
- II - ( ) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

Adotado o regime de empreitada por preço unitário.

## 14. PROJETO EXECUTIVO

- I - ( x ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação. (Anexo I - K - Projetos Executivos das Obras (70442429))
- II - ( ) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, ( ) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

## 15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**15.1. Registro da empresa no conselho profissional**

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ( ☐ ) CREA e/ou ao ( ☐ ) CAU e/ou ao ( ☐ ) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A contratação em tela é enquadrada como serviço comum de engenharia, conforme explicado neste documento e nos artefatos da contratação, portanto é um serviço de competência de engenheiros e arquitetos.

Por tal fato, a empresa necessita possuir registro junto ao CREA e/ou CAU.

**15.2. Capacidade técnico-operacional**

Na presente licitação:

I - ( ☐ ) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

II - ( ☐ ) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

9.41.1.2 "Supervisão de Obra" ou "Fiscalização de Obra" cuja obra tenha duração igual ou superior a 12 (doze) meses;

9.41.1.3 "Supervisão de Obra" ou "Fiscalização de Obra" de edificação residencial ou comercial ou pública, cuja área construída equivalente seja igual ou superior a 1000 m<sup>2</sup>;

9.41.1.4 "Supervisão de Obra" ou "Fiscalização de Obra" de edificação residencial ou comercial cujo volume de concreto em superestrutura (pilares, vigas e lajes) seja igual ou superior a 100,00 m<sup>3</sup>.

9.41.1.5 "Supervisão de Obra" ou "Fiscalização de Obra" de edificação residencial ou comercial cujo volume de Cimento Asfáltico seja igual ou superior a 2000,00 Kg.

9.41.1.6 "Supervisão de Obra" ou "Fiscalização de Obra" de instalação elétrica com área superior a 400,00 m<sup>2</sup> ou com potência igual ou superior a 150 kVA;

9.41.1.7 "Supervisão de Obra" ou "Fiscalização de Obra" de estruturas metálicas com área superior a 500,00 m<sup>2</sup> e/ou 13.000Kg

**15.3. Possibilidade de somatório de atestados**

I - Na presente licitação, será ( ☐ ) ACEITO ou ( ☐ ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Dada a natureza do objeto licitado e a análise técnica realizada, optou-se por não permitir o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados.

Considerando a alta complexidade do serviço de estrutura metálica, no sentido de que esta, para a empreitada atual se dá com estrutura de grande porte, cerca de 1200m<sup>2</sup>, além complexidades de içamento e montagem, por se tratar de cobertura de pista em rodovia de grande importância na mobilidade de cargas e equipamentos, tendo riscos inerentes em caso de má fiscalização, o que se diferencia de 10 estruturas de 120m<sup>2</sup>, para o caso de somatório de atestados, tendo a necessidade de expertise por parte da possível contratada em serviços de natureza similar.

Além do fato de que, a previsão decorre do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022, e deverá ser contemplada no TR caso tenha sido formulada a exigência de comprovação de quantitativos mínimos pelos atestados.

#### 15.4. Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

- I - ☐ NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.
- II - ☒ SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:
- a) Para o cargo de **engenheiro civil e/ou arquiteto** Comprovação de experiência através de CAT em supervisão ou fiscalização semelhantes ao objeto desta licitação, neste caso, representada por edificações de utilização pública, residencial ou comercial, em alvenaria com estrutura de concreto armado, cobertura em estrutura metálica, climatização e instalações elétricas em baixa e média tensão, cabeamento estruturado e SPDA comprovadas em ART ou RRT.
- b) Para o cargo de **engenheiro eletricista** Comprovação de experiência através de CAT em supervisão ou fiscalização semelhantes ao objeto desta licitação, neste caso, representada por edificações de utilização pública, residencial ou comercial, em instalações elétricas de baixa e/ou média tensão, cabeamento estruturado e SPDA comprovadas em ART.
- c) Para o cargo de **engenheiro mecânico e/ou civil** Comprovação de experiência através de CAT em supervisão ou fiscalização semelhantes ao objeto desta licitação, neste caso, representada por edificações de utilização pública, residencial ou comercial, em Construção de estrutura metálica, exclusive simples telhados de cobertura, Autoportante, Treliçada, contemplando pilar, vigamento, contraventamento e cobertura de telhado, comprovadas em ART.
- III - ☐ SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

#### 15.5. Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, ☒ SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

- a) Todos os materiais, equipamento, mão de obra e demais necessários para completude do empreendimento em prazo e qualidade exigidos no Termo de Referência e demais peças desta licitação.

#### 16. VISTORIA

16.1. Na presente licitação, a realização de vistoria será ☒ FACULTATIVA ou ☐ OBRIGATÓRIA, e o licitante ☒ PODERÁ ou ☐ NÃO PODERÁ substituir o **ATESTADO DE VISTORIA** pela **DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA**, ambos do termo de referência, declarando conhecer todas as condições de execução do objeto.

#### 17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. O órgão assessorado ☒ NÃO ADMITIU ou ☐ ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

O serviço de fiscalização, acompanhamento, gerenciamento, supervisão e assessoramento da Administração Pública é de natureza singular e simples, devendo a empresa contratada ter em seu quadro de funcionários os profissionais necessários.



**18. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**

18.1. Na presente licitação, será exigida a comprovação de ( ) CAPITAL MÍNIMO ou ( x ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10 ( dez ) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Na presente licitação, optou-se por manter as exigências alinhadas aos modelos padrões da AGU, conforme detalhado no tópico 9.31. do Termo de Referência.

**19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

19.1. Na presente licitação, será:

- I - ( ) PERMITIDA a participação de consórcios.
- II - ( x ) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

4.9. Da participação em forma de consórcio

4.9.1. Nesta licitação não será admitida a participação em forma de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

4.9.2. Justifica-se a restrição a classificação de serviço especial de engenharia, com apoio de tecnologia, atividades amplamente ofertadas por fornecedores nacionais.

4.9.3. A opção possibilita que fornecedores com melhor capacidade técnica e financeira sejam escolhidos, o que proporciona maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado e, assim, o resultado seja vantajoso técnica e economicamente para a União.

4.9.4. O consórcio, neste caso, enseja a participação de menor número de empresas, reduzindo a competitividade.

**20. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

20.1. Na presente licitação será ( x ) VEDADA ou ( ) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

Por tratar-se de obra que enquadra-se na Súmula 281 do TCU que é um serviço executado na mercado em geral, haverá subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado.

Além disso por meio do Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU:

"II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada."

**21. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

21.1. Na presente licitação será ( x ) EXIGIDA ou ( ) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

Por tratar-se de contratação com valor razoável e que tem o intuito de precaver a administração pública do atraso ou não execução do serviço.

4.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições detalhadas nas cláusulas do termo de referência e do contrato.

**22. DA SUSTENTABILIDADE**

22.1. No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- I - ( x ) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial
- II - ( x ) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- III - ( x ) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015);
- IV - ( x ) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

4.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

4.1.1. Os serviços de fiscalização e assessoramento da obra não envolve a produção de dejetos prejudiciais ao meio ambiente, por ser uma atividade eminentemente intelectual e de acompanhamento, sendo que os aspectos de sustentabilidade da obra constam como obrigações da executora da obra.

### EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**TALEB FRANCISCO DE OLIVEIRA**

Policial Rodoviário Federal  
Área Demandante

**RAMIRO REIS GUIMARAES**

Policial Rodoviário Federal  
Área Técnica

**ELISABETE DA CUNHA MARTINS SILVA**

Policial Rodoviário Federal  
Área Administrativa

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **ELISABETE DA CUNHA MARTINS SILVA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 15/01/2026, às 15:17, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **TALEB FRANCISCO DE OLIVEIRA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 15/01/2026, às 15:30, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **70825154** e o código CRC **3F82673E**.



